



CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO DE SANTA CATARINA - CEI/SC

1 ATA DA PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CEI-SC EM DE 30 DE JUNHO DE 2015.

2 Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e quinze, às quatorze horas, em segunda convocação,
3 Conselheiros titulares e suplentes reuniram-se na sala de reuniões da Secretaria de Estado da
4 Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST/SC), na Avenida Mauro Ramos, 722 - Centro, Florianópolis -
5 SC, sob a presidência da Sra. Edléia Rosa Schmidt, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia:
6 1.Leitura e aprovação da Ordem do Dia. 2. Aprovação das justificativas dos Conselheiros Ausentes. 3.
7 Levantamento do Quorum Regimental. 4. Aprovação da Ata do mês de maio 2015. 5. Exposição de
8 motivos para adesão de Santa Catarina e contextualização do que vêm acontecendo em relação ao
9 Decreto n. 8.114, de 30 de setembro de 2013, no cenário nacional pelo Coordenador Estadual da
10 Política do Idoso. 6. Apresentação das ações de atendimento ao idoso: SESC e Pastoral da Pessoa Idosa.
11 7. Resgate da Memória Histórica do CEI – Conselheira Rita de Cassia 8. Apresentação do Conselho
12 Municipal de Blumenau 9. Reunião Descentralizada do CNDI em Florianópolis/SC. 10. Momento das
13 Comissões: 10.1. COMISSÃO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA; 10.2.
14 COMISSÃO DE NORMAS, INSCRIÇÃO DE PROGRAMAS - Parecer sobre faltas injustificadas dos
15 Conselheiros; 10.3. COMISSÃO DE CAPACITAÇÃO DE CONSELHEIROS E APOIO TÉCNICO AOS CONSELHOS
16 MUNICIPAIS DO IDOSO; 10.4. COMISSÃO DE POLÍTICAS DO IDOSO, ESTUDO E PESQUISA; 10.5.
17 COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANCIAMENTO; 10.6. COMISSÃO DE ARTICULAÇÃO E CRIAÇÃO DE
18 CONSELHOS MUNICIPAIS DO IDOSO DE SANTA CATARINA; 10.7. COMISSÃO ORGANIZADORA DAS
19 CONFERÊNCIAS. 11. Informes gerais. A Presidente iniciou as atividades, cumprimentando a todos e
20 realizando a leitura do edital de convocação. A Conselheira Edi solicitou a transferência do item 7 para
21 próxima plenária, pois a Conselheira Rita está impossibilitada de participar da plenária por motivo de
22 viagem familiar. Não havendo nenhum outro assunto para inclusão ou supressão, a pauta foi aprovada.
23 Em seguida, foi realizada a aprovação das justificativas dos Conselheiros, item 2: FEAPESC, João Osmar
24 Quadros Pacheco; CRESS, Rita de Cassia Gonçalves; CNBB, Maria Joana Zucco; SBGG, Hercílio Hoepfner;
25 APAS/FIESC, Cleusa de Oliveira Pacheco; SST, Camila Nelsis; SJC, Josiane da Silva Silveira; IPREV, Nilsa
26 Mary da Cunha; CELESC, Janaina Lima dos Santos Sathler. **Aprovadas as justificativas.** Verificou-se
27 haver quórum regimental (Item 3). Passou-se ao item 4 - Aprovação da ata da plenária ordinária do mês
28 de maio de 2015: a Secretária Executiva informou que alguns conselheiros fizeram considerações por e-
29 mail, as quais já foram incorporadas ao corpo da ata. Não havendo nenhuma outra solicitação de
30 alteração ou inclusão, a ata **foi aprovada** pela plenária. Enquanto se aguardava a chegada do Sr. José
31 Paulo para tratar do item 5, passou-se ao item 6. As Conselheiras Gisele e Karina, em sua apresentação
32 sobre o SESC, informaram que a entidade é pioneira na área do idoso, visando seu protagonismo e



CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO DE SANTA CATARINA - CEI/SC

33 qualidade de vida em seus projetos e ações. O SESC tem 26 unidades físicas e, também, unidades
34 comunitárias e móveis para atender a população de Santa Catarina. O trabalho de idosos no SESC é
35 voltado para área de grupos, buscando a integração social e comunitária. São quatro diretrizes de
36 trabalho. Projeto Era uma vez (intergeracionalidade), Grupo Interativo, SESC Idoso Empreendedor (uso
37 da tecnologia), Oficinas empreendedoras, buscando a inclusão digital. Grupo de idosos que falam sobre
38 temas da gerontologia. Dança sênior, Grupo de Cantoria, Aposentei e agora?, que trata dos projetos de
39 vida após a aposentadoria. Motivação. Projeto Idoso em Foco, do qual participam várias organizações,
40 dentre elas o CEI, que tratam das ações conjuntas que serão realizadas no decorrer do ano,
41 especialmente, do mês de idoso, além de outros assuntos sobre o envelhecimento. As técnicas do SESC
42 discorreram sobre algumas experiências exitosas e explicaram que os trabalhos são desenvolvidos
43 sempre em grupos com um profissional realizando a mediação das ações. A Conselheira Jordelina fez
44 algumas considerações sobre o desenvolvimento do grupo, informando que no ano de 2014 o tema em
45 destaque foi a violência e que, em 2015, a escolha do tema encontra-se, ainda, em processo de
46 discussão. A Conselheira Edi lembrou que os grupos de convivência no Brasil têm uma história antiga e
47 que, em Florianópolis, era a Prefeitura que organizava os grupos, com muita dedicação pela Servidora
48 Albertina, e que esses grupos ficaram por um tempo abandonados. Parabenizou o SESC por organizar os
49 grupos de idosos e fez suas considerações. A Secretária Executiva falou sobre a expansão do grupo Idoso
50 em Foco que está agregando outros parceiros como INSS, MPSC e Conselhos Municipais do Idoso. A
51 presidente agradeceu a participação das Conselheiras Karina e Gisele. Com a chegada do Sr. José Paulo
52 da Cunha, retomou-se o item 5 sobre a exposição de motivos para adesão de Santa Catarina e
53 contextualização do que vêm acontecendo em relação ao DF n. 8.114/2013 no cenário nacional. O
54 Coordenador iniciou sua fala informando que foi convocado pelo Conselho Estadual do Idoso para
55 prestar esclarecimentos sobre o envelhecimento ativo. E que no ano de 2014, o referido Decreto foi
56 enviado à Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação, que por sua vez, solicitou ao Conselho
57 Estadual do Idoso manifestação acerca do assunto. Na oportunidade, o CEI respondeu que não
58 concordava com o teor do documento, pois o aparato legal que norteia a política do idoso no cenário
59 nacional já é suficiente, não havendo necessidade de outras normativas. O Coordenador manifestou sua
60 indignação com a resposta do Conselho e destacou que o Governador, guiado pela resposta do
61 Conselho, não assinou o termo de compromisso pelo Estado. O Coordenador esclareceu, ainda, que o
62 decreto trata de um pacto integrado entre diversas áreas de atenção ao idoso e reiterou que, mesmo o
63 CEI tendo apresentado uma negativa, respeita a posição do CEI. Em seguida, a Presidente pediu para a
64 Comissão de Políticas se manifestar sobre a matéria, levando em conta que a sugestão em convidar o



CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO DE SANTA CATARINA - CEI/SC

65 Coordenador para plenária partiu dessa comissão. O Coordenador da Comissão de Políticas informou
66 que o processo foi analisado, que ele vem tramitando em diversos setores da Secretária de Estado da
67 Casa Civil e Secretária de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, incluindo o Conselho
68 Estadual do Idoso. Relatou que o parecer da Comissão de Normas, em 2014, manifestou-se sobre a
69 preocupação de que o DF n. 8.114/2013 se tornasse apenas mais um documento para assegurar direitos
70 já garantidos na Política Nacional do Idoso e pelo Estatuto do Idoso. Sendo assim, o que fica evidente
71 são as maiores dificuldades na implementação de ações práticas para a melhoria da qualidade de vida
72 do idoso do que a existência de legislações para tal. Desta forma, foi reiterado o que traz o parecer da
73 Comissão de Normas de 2014 que políticas públicas só são possíveis por meio de vontade política e da
74 liberação de recursos financeiros. A manifestação da Comissão foi favorável e a Presidente do Conselho,
75 *ad referendum* da Plenária, reiterou o posicionamento da comissão, manifestando-se favoravelmente
76 para Adesão do Estado de Santa Catarina ao Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo (DF n.
77 8.114/2013), desde que assegurado apoio prioritário do Estado na criação do Fundo Estadual do Idoso.
78 O Conselheiro Eliseu fez suas considerações, agradeceu a presença do Coordenador. O Coordenador
79 falou que está sempre à disposição do Conselho. A Conselheira Edi solicitou que fosse lido o termo de
80 adesão do compromisso nacional pelo Conselheiro Frederico. Em seguida, a Conselheira Edi falou sobre
81 a importância da coordenação ser lotada na SST para uma maior interlocução entre a Coordenação e
82 CEI. Falou também sobre a previsão orçamentária em relação às esferas de governo. A Conselheira
83 Jordelina reiterou que o posicionamento do Conselho foi positivo para o pacto e que no processo foi
84 sugerido pela comissão de políticas que a Coordenadoria Estadual do Idoso deverá fazer a interlocução
85 para adesão de Santa Catarina ao referido Compromisso, bem como, buscar uma maior aproximação
86 das discussões deste Conselho, contribuindo para o encaminhamento de diversas ações. E que a
87 presença da coordenação estadual do idoso na plenária fortalece o Conselho e a Coordenação, pois esta
88 aproximação refletirá em mais ações, mais projetos na área da pessoa idosa. O Coordenador resgatou
89 que a política do idoso é intersetorial e que a Coordenação precisa estar próxima ao governador e que
90 no momento que vier para SST, será apenas mais um setor desta Secretaria, dificultando as negociações
91 de ordem política. Lembrou, ainda, que embora a Casa Civil esteja junto ao Governador, a interlocução
92 mesmo assim é difícil. Ressaltou que o Conselheiro Frederico é a representação da Coordenadoria do
93 Idoso no CEI. O Conselheiro Frederico fez a leitura de ofício expedido às Secretarias e SDRs sobre a
94 atuação dessas na política do idoso e informou que retornaram pouquíssimas respostas. O Conselheiro
95 Eliseu lembrou que a Comissão de Políticas Públicas utilizou como metodologia para elaboração de
96 Diagnóstico das Políticas do Idoso no Estado, o qual iniciou em 2013, e está em fase de finalização, o

97 envio de ofício expedido a Secretaria da Casa Civil, solicitando quais ações estavam sendo desenvolvidas
98 em matéria do idoso e a resposta da pasta foi que não havia ações relativas ao idoso em andamento. A
99 Conselheira Rosete pediu a fala e destacou que todas as intenções do pacto já estão previstas pela
100 política de Assistência Social, questionou se este pacto tem a intensão de desconsiderar a Política de
101 Assistência Social. O Coordenador esclareceu que não, que a intensão do pacto é abarcar Ministérios da
102 Presidência da República que não estavam envolvidos com a causa do idoso até o momento. A
103 Conselheira Samila fez suas considerações sobre o posicionamento do CEI e falou que a maior
104 importância para o CEI é que para este ano se crie o Fundo Estadual do Idoso – FEI/SC. Em seguida, foi
105 realizada a leitura do novo posicionamento do Conselho acerca da assinatura do termo, conforme anexo
106 I. A Presidente Edléia fez as considerações finais e regatou que a SST está junto neste processo de
107 criação do FEI. Foi convidado o Coordenador para participar da reunião do FEI no dia 06 de julho. A
108 Conselheira Maria Inês solicitou que o Coordenador compareça às plenárias sempre que possível. Como
109 o item 7 foi suprimido da pauta e será tratado na próxima plenária, passou-se ao item 8, apresentação
110 do Conselho Municipal de Blumenau com a Sra. Marlene da Silva, a qual fez um resgate da atuação do
111 idoso no Estado de Santa Catarina. O Conselho Municipal de Blumenau iniciou sua trajetória buscando
112 apoio na Secretaria em que o CEI estava vinculado na época. Foram desenvolvidas diversas ações na SDR
113 de Blumenau, na ocasião as ações eram destinadas a bailes e festas e havia um grande indício de
114 doenças sexualmente transmissíveis entre os idosos. Assim, a comissão regional do idoso começou a
115 desenvolver outra proposta em 14 municípios da região. Eram realizadas atividades físicas, lúdicas,
116 contação de história entre jovens e idosos. Este trabalho foi realizado desde 2002 até 2010. O Conselho
117 Municipal de Blumenau agendou uma reunião com a Secretaria de Assistência Social do município com
118 intenção de resgatar o trabalho da comissão regional, articulando novamente os 14 municípios, levando
119 em conta que este trabalho já foi referência nacional. Falou das plenárias itinerantes e a importância da
120 participação dos CMI's no Conselho Estadual. Em seguida, a Sra. Marlene, em nome do CMI de
121 Blumenau, se colocou à disposição do CEI para iniciar este trabalho de reativação da comissão regional e
122 informou que aguarda o posicionamento do Conselho. A Presidente agradeceu a apresentação do CMI
123 de Blumenau e informou que o CEI irá analisar a proposta. 9. Reunião Descentralizada do CNDI em
124 Florianópolis/SC. A Conselheira Marília falou que o SESC de Cacupé está reservado para os dias 19 a 23
125 de outubro. Para realização do evento, a ANG providenciará o Palestrante. Será solicitado para a SST o
126 custeio dos lanches, sendo: “petit four” pela manhã e coffee break no período da tarde para 400
127 pessoas, durante os 03 primeiros dias do evento. A plenária votou e **aprovou a proposta**. 10. Momento
128 das Comissões: **10.1. COMISSÃO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA** - A

129 Conselheira Salete, coordenadora da comissão, falou das ações do dia 15 de junho, dia de
130 enfrentamento à violência contra pessoa idosa. Na ocasião foram encaminhados aos CMIs folders
131 elaborados pela comissão, sobre enfrentamento à violência. A comissão preparou uma manifestação em
132 frente à Catedral, com panfletagem, sendo distribuídos mil folders sobre o enfrentamento a violência. A
133 Coordenadora da Comissão deu uma entrevista na rádio UDESC para falar sobre a violência, Disque 100
134 e plenárias do CEI. A Pastoral da Pessoa Idosa participou da panfletagem. A Conselheira Osvaldina
135 relatou que a TVAL esteve presente no dia da panfletagem em frente à Catedral e que ela deu
136 entrevista pela Pastoral da Pessoa idosa (neste dia da panfletagem) sobre "enfrentamento à violência" e
137 que esta entrevista saiu no jornal do almoço da TVAL, no mesmo dia e no site da ALESC. Bem como, saiu
138 no site da CNBB e da Arquidiocese. Outros Conselheiros compartilharam as ações realizadas em seus
139 trabalhos, tais como a divulgação da data no site e aos Servidores na Secretaria de Educação, na SST, na
140 CELESC. A Presidente informou que foi convidada para realizar uma fala na OAB, evento muito
141 produtivo, com participação de alguns Conselheiros. O tema apresentado pela Presidente foram as
142 múltiplas formas de violência, a mesma também deu entrevistas na TV para falar sobre o tema. A
143 Assessoria de Comunicação da SST elaborou uma matéria e publicou no site oficial do Estado, com
144 respaldo no material encaminhado pela Presidente com dados sobre Violência contra Pessoa Idosa. A
145 Secretária Executiva sugeriu que a comissão retire a data do folder, a qual está em evidência no
146 material, colocando-a em um lugar mais discreto, para que este material ser impresso e distribuído o
147 ano todo, haja vista que muitos municípios estão solicitando para repassá-lo aos idosos. A Presidente,
148 em nome da Diretoria, solicitou que seja encaminhado um ofício à Deputada Dirce agradecendo a
149 participação da mesma nos eventos desta data e demonstrando apoio ao CEI. **10.2. COMISSÃO DE**
150 **NORMAS, INSCRIÇÃO DE PROGRAMAS**, a Presidente, a pedido da Conselheira Maria Joana (ausente),
151 informou que a comissão elaborou um parecer referente às faltas injustificadas dos Conselheiros. Como
152 o material foi enviado para Secretaria Executiva no dia anterior à plenária, a Presidente solicitou que
153 todos lessem com atenção o material, para que na próxima plenária o assunto possa ser deliberado e
154 votado. **10.3. COMISSÃO DE CAPACITAÇÃO DE CONSELHEIROS E APOIO TÉCNICO AOS CONSELHOS**
155 **MUNICIPAIS DO IDOSO**. Esta comissão ainda não se reuniu, dando prioridade para outros assuntos que
156 estão com urgência, principalmente no atendimento da Coordenadora Marília às solicitações para
157 ministrar palestras nas Conferências de vários municípios e assuntos a serem resolvidos no Conselho. A
158 Conselheira Edi solicitou a realização de capacitação aos Conselheiros. **10.4. COMISSÃO DE POLÍTICAS**
159 **DO IDOSO, ESTUDO E PESQUISA**. O Coordenador da Comissão, Sr. Paulo, informou estarem trabalhando
160 na finalização do diagnóstico de Políticas Públicas, o qual poderá ser apresentado na Conferência

161 Estadual. O Conselheiro Eliseu solicitou que seja enviado a todos os Conselheiros cópia do ofício da
162 Secretaria da Casa Civil que, em resposta ao CEI, informa não haver ações nesta Secretaria relativas ao
163 idoso. A Conselheira Jordelina contrapôs a proposta do Sr. Eliseu informando que o relatório que a
164 comissão está preparando a luz dos resultados do diagnóstico solicitará alguns encaminhamentos para
165 plenária. E que a solicitação não deverá ser enviada apenas para Casa Civil, vez que outras Secretaria e
166 entidades também não responderam ao relatório. O Conselheiro Eliseu complementou sua fala
167 relatando a dificuldade da comissão trabalhar no diagnóstico e falou que nem sempre a diplomacia deve
168 falar mais alto, devendo sim remeter a resposta aos Conselheiros e a Coordenadoria. A Presidente
169 finalizou suas considerações esclarecendo que entende que não é o momento adequado para enviar o
170 documento ao Coordenador devendo ser aproveitado o tempo que ele participará das plenárias,
171 conforme convite realizado na ocasião. E ainda que o relatório da Comissão de Políticas está sendo
172 finalizado e é preciso respeitar as considerações que a comissão irá fazer e aí sim encaminhar, não
173 apenas para Casa Civil, mas para todas as representatividades do CEI. **10.5. COMISSÃO DE ORÇAMENTO**
174 **E FINANCIAMENTO.** Foi relatado pelo coordenador que os prazos estabelecidos para a finalização dos
175 trabalhos do FEI estão sendo cumpridos. Reiterou a solicitação da participação do CEI na elaboração do
176 PPA. A Secretaria Executiva falou que a solicitação da participação do CEI já foi feita por ofício para a
177 Secretária Sra. Angela Albino. A Secretária lembrou aos Conselheiros que enviou para apreciação e
178 considerações dos Conselheiros a Minuta do Projeto de Lei do FEI e reiterou que os Conselheiros leiam o
179 material com atenção e manifestem se estão de acordo com o teor dos artigos, para que uma vez
180 encaminhado não tenha que ser retomado, tendo em vista que o GT precisa respeitar os prazos. Desta
181 forma, o GT finalizará as considerações do grupo e tão logo isto ocorra, o material será enviado para
182 todos os Conselheiros e na próxima plenária irá para deliberação e votação. Além disso, será
183 encaminhada a exposição de motivos da criação do FEI para manifestação de todos. **10.6. COMISSÃO DE**
184 **ARTICULAÇÃO E CRIAÇÃO DE CONSELHOS MUNICIPAIS DO IDOSO DE SANTA CATARINA** a
185 Coordenadora Edi fez um relato da participação dela e da Conselheira Maria Joana na reunião ampliada
186 do Município de Ibirama. O Conselheiro da OAB fez a leitura da memória da reunião da comissão. A
187 secretária informou que entregou para a comissão uma planilha atualizada em conjunto com o MPSC,
188 com os nomes e outros dados dos Conselhos Municipais, relatou que até o momento o CEI identificou
189 149 CMI's, a Juliana, nova estagiária do CEI, está entrando em contato com os Conselhos que aparecem
190 sem informações na planilha e pedindo que preencham no site da SST o cadastro, para atualização das
191 informações. **10.7. COMISSÃO ORGANIZADORA DAS CONFERÊNCIAS.** Em relação às conferências, foi
192 informado um panorama da etapa municipal que já está acontecendo, bem como a etapa regional, pois



CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO DE SANTA CATARINA - CEI/SC

193 algumas regiões se adiantaram e também já estão realizando esta etapa. Foi informado que já foi
194 encaminhada a solicitação de compras com tudo que será preciso para realização da etapa estadual; no
195 entanto, a Secretaria está solicitando cortes de despesas e realizando algumas reuniões com o gabinete
196 para tratar deste assunto. Foi encaminhado um ofício à Secretaria com o posicionamento do CEI,
197 conforme anexo II, destacando a necessidade da relatoria ser contratada e outras questões que o
198 Conselho se posicionou também foram abordadas. **8 Informes Gerais:** A Presidente informou que o
199 documento entregue a todos os Conselheiros no início da Plenária, do Tribunal de Contas do Estado,
200 refere-se a um relatório da auditoria que ocorreu no Conselho e na SST em 2014. O documento solicita
201 resposta do CEI em 30 dias, a contar de 17 de junho de 2015. A Conselheira Liliane informou que caso o
202 CEI não consiga responder devido ao exíguo tempo, poderá ser solicitada a prorrogação de 30 dias para
203 resposta. Foi feita a leitura dos itens aos quais o Conselho deverá apresentar suas justificativas e, em
204 seguida, foi formado um grupo de trabalho para preparar a resposta do ofício. Colocaram-se à
205 disposição os Conselheiros: Liliane, Samila, Eliseu, Edi, Edléia. Além dos Conselheiros a Presidente
206 solicitou a participação de toda a diretoria ampliada, no dia 06 de julho às 16 horas. A Secretária
207 Executiva solicitou para deixar registrado na ata que, enviou à mesa diretora e aos Conselheiros que
208 participaram da apresentação do TCE (Conselheiras Maria Joana e Salete), no mesmo dia que o ofício e o
209 relatório foram entregues no CEI, dia 17 de junho, às 18 horas. Em relação à Comissão de Comunicação,
210 a Presidente informou que irá coordenar a comissão para dar transparência e divulgação das ações do
211 CEI, convidando a todos para participarem. A primeira reunião será no dia 06 de julho. A Conselheira
212 Liliane fará as movimentações e inclusão de material no facebook. Nada mais havendo a tratar, às
213 17h30min a presidente agradeceu a presença, e deu por encerrada a Plenária e eu, Secretária Executiva
214 do CEI/SC, lavrei a presente ata que, após aprovada, será assinada pela presidente e por mim.

215 Presidente: Edléia Rosa Schmidt :

216 Secretária Executiva CEI/SC: Mônica Lipski:

217

218 ANEXO I

219 Ofício nº 236/2015

Florianópolis, 29 de maio de 2015

221 Exma. Senhora

222 **ANGELA ALBINO**

223 Secretária de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação

224 Nesta

225

226

227 Senhora Secretária,

228

229

Cumprimentando-a cordialmente, encaminhamos parecer da Comissão de Políticas, Estudo e Pesquisa do Conselho Estadual do Idoso em relação ao Processo SCC 597/2014 e SCC 2364/2015 que tratam da Adesão do Estado de Santa Catarina ao Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo (Decreto nº 8.114, de 30/09/2013).

A Comissão de Políticas analisando o processo que se inicia em 07 de fevereiro de 2014, através do ofício circular nº 05/GM/SDH/PR que trata do Convite realizado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República ao Governador do Estado de Santa Catarina, percebe que o mesmo vem tramitando em diversos setores da Secretária de Estado da Casa Civil e Secretária de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação incluindo o Conselho Estadual do Idoso. Assim, entende-se que esse caminho percorrido com o objetivo de dar ciência, análise e manifestação de diversos atores é extremamente importante para a construção democrática de políticas públicas.

A Política do Envelhecimento Ativo caracterizada como “o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas” (OMS, 2005, p.13) é preconizada mundialmente como um modelo de referência a todas as nações para atingirem um envelhecimento com qualidade. Assim é indiscutível sua importância através de ações que garantam sua implementação.

No entanto, concordamos com o que já foi manifestado a fls 16 do processo SCC 597/2014 e no parecer da Comissão de Normas sobre a preocupação de que o decreto nº 8.114 torne-se mais um documento para assegurar direitos já garantidos na Política Nacional do Idoso e pelo Estatuto do Idoso. Sendo assim, o que fica evidente são as maiores dificuldades na implementação de ações práticas para a melhoria da qualidade de vida do idoso do que a existência de legislações para tal.

Reiteramos o que traz o parecer da Comissão de Normas, anexado ao processo SCC 597/2014, fls 16, de que políticas públicas só são possíveis através de vontade política e da liberação de recursos financeiros. Sendo assim, é importante ressaltar a preocupação exposta neste processo por parte das Secretarias de que a assinatura do termo estaria tendo dificuldade de acontecer, por entender que gerará novas despesas. Essa preocupação sinaliza a dificuldade das autoridades do Estado em perceber a liberação de recursos para a área do idoso como um investimento, e não como mais uma despesa.

Ainda, conforme citado no processo: “a **Coordenadoria Estadual do Idoso deverá fazer a interlocução para adesão de Santa Catarina ao referido Compromisso**”, bem como, buscar uma maior aproximação das discussões deste Conselho, contribuindo para o encaminhamento de diversas ações.

Sendo assim, a Presidente do Conselho, ad referendum da Plenária, se **manifesta favoravelmente para Adesão do Estado de Santa Catarina ao Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo (Decreto nº 8.114, de 30/09/2013)**, desde que assegurado apoio prioritário do Estado na criação do Fundo Estadual do Idoso.

Salientamos que o CEI solicitará à Coordenadoria Estadual do Idoso a exposição de motivos para adesão de Santa Catarina e contextualização do que vêm acontecendo em relação ao Decreto nº 8.114 no cenário nacional, na plenária de 30/06/2015, e qualquer informação complementar a este parecer será encaminhado oportunamente.

Aproveitamos para renovar protestos de respeito e consideração.

Atenciosamente,

Edléia Rosa Schmidt
Presidente CEI/SC

ANEXO II

Ofício nº 403/2015

Florianópolis, 18 de junho de 2015.

Exma. Senhora

ANGELA ALBINO

Secretária de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação

Nesta

Senhora Secretária,

Cumprimentando-a cordialmente, encaminhamos algumas considerações da Comissão Organizadora das Conferências, do Conselho Estadual do Idoso – CEI/SC acerca da reunião realizada no dia 12/06, às 14 horas, sobre a



CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO DE SANTA CATARINA - CEI/SC

realização das Conferências Estaduais de 2015. Na ocasião, o CEI/SC estava representado pela Secretária Executiva, Sra. Mônica Lipski, e pela Conselheira e Membro da Comissão Organizadora das Conferências Sra. Maria Joana Zucco.

Inicialmente, agradecemos a oportunidade de debatermos coletivamente este assunto que é de grande importância para todos os segmentos que participaram da reunião. Também concordamos com V.Exa., conforme consta na apresentação do histórico de desembolso financeiro, que *“a participação popular no Brasil se reveste de uma riqueza e uma complexidade política e social imprescindíveis à compreensão dos processos participativos que se desenvolvem na atualidade”*.

Fazendo um breve resgate, informamos que o Conselho Estadual do Idoso, preocupado com a realização das Conferências e outras ações do CEI, em 2015, encaminhou um ofício à SST, em outubro de 2014, **solicitando ao Secretário da época uma previsão orçamentária para a realização das ações do CEI em 2015.**

Após a mudança de Gestão, no início de março do ano corrente, membros da Comissão Organizadora das Conferências estiveram reunidos com o Sr. Jocemar, oportunidade em que foi reiterada nossa preocupação sobre a Conferência e, inclusive, por orientação do seu Chefe de Gabinete, encaminhamos um ofício para V.Exa. explicando o passo a passo do processo, a questão dos recursos financeiros e outros procedimentos necessários para ciência e providências cabíveis. Este contato ocorreu em **09 de março de 2015**, e o ofício foi entregue **em 12 de março de 2015**. Os dois documentos seguem, em anexo, para uma melhor compreensão das solicitações.

Destacamos, ainda, que Membros deste Conselho estão se reunindo desde dezembro de 2014 para organizar os preparativos da Conferência e providenciar a solicitação de compras dentro do prazo determinado pela SST, o qual foi autuado e tramitou a partir de 06/05/2015.

No que se refere à reunião de 12/06, a partir das informações partilhadas na ocasião, faremos uma breve memória dos assuntos tratados e, em seguida, colocaremos algumas considerações e sugestões para viabilidade da realização das Conferências.

- 1) Estavam presentes na reunião representantes da Juventude, LGBT, CEAS, CEDIM, CEI, CONEDE, CEDCA e CONSEA.
- 2) Fomos informados que o Estado de Santa Catarina atravessa um período de contingenciamento orçamentário e financeiro, precisando reduzir seus gastos na ordem de 20%.
- 3) Os Conselhos precisam adaptar os orçamentos das Conferências à realidade orçamentária do governo, para que não seja necessário que a SST faça cortes administrativos, por parte do gabinete.
- 4) O valor proposto pela SST para a Conferência do CEI é de **aproximado de R\$ 104.000,00**. Na Conferência de 2011, o CEI gastou **R\$131.000,00**. Aquele valor – sem reajuste inflacionário de qualquer natureza – sofreu redução de 20% na proposta de 2015. Além disso, ele não incluiu o custo da Relatoria, a qual não foi paga até hoje aos Profissionais que elaboraram o documento, por motivos administrativos.

Após este apanhado geral da situação, apresentado por V.Exa., na reunião de 12/06, foram feitas algumas discussões das quais surgiram sugestões elaboradas pelos presentes (membros da SST e conselhos):

- Licitação única com reavaliação dos valores dos itens orçados para cada Conselho.
- Realização de evento conjunto, conforme moldes da Conferência Nacional dos Direitos Humanos;
- Realização de Relatoria sem custos, por meio de parcerias.
- Previsão de quebra histórica, registrada nas últimas conferências de cada segmento.
- Revisão de orçamentos, pelo setor de eventos.
- Verificação, por parte do Gabinete, sobre as reais condições de pôr em prática as alternativas, após o que convocará novamente os Conselhos para definição da situação.
- Levantamento de outras sugestões para enxugamento dos gastos, por parte dos Conselhos, para serem apresentados na próxima reunião.

Diante da situação posta, a Comissão de Organização das Conferências apresenta as seguintes considerações:

- As Conferências foram convocadas pelo Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, sendo a etapa estadual obrigatória e de competência do Estado.
- As conferências são canais de participação popular, controle social e exercício da cidadania. Trata-se de um evento democrático que tem que ser tomado seriamente.
- O Conselho Estadual do Idoso é vinculado à SST, e esta, por sua vez, é responsável pelas despesas do Conselho, inclusive pelas despesas das Conferências.
- O passo a passo das Conferências proposto pelo CNDI prevê que a realização das Conferências Estaduais, ocorram, no mínimo, em dois dias consecutivos.
- É importante ressaltar que o valor proposto ao CEI, de R\$104.000,00, representa 20% a menos do valor gasto em 2011, sem nenhum tipo de reajuste inflacionário. E há que se considerar que de 2011 a 2015 a inflação teve um aumento considerável.
- Em 2011, a Conferência Estadual foi prevista para cerca de 640 pessoas e estiveram presentes 431 participantes. Para 2015, o número previsto é de 750 pessoas. É preciso considerar que houve um avanço da Política de Assistência Social, com a consolidação do SUAS e, concomitante a isto e decorrente da atuação dos profissionais da Assistência Social nas Prefeituras, houve um aumento no número de Conselho Municipais do Idoso instalados no Estado. Com isso, estima-se que o número de participantes na Conferência seja maior que em 2011.
- Os valores dos itens de despesa, da proposta de orçamento, foram dados pelo setor de Eventos da SST. Ao CEI importa, apenas, que mantida qualidade esperada para evento desta natureza.
- Na proposta de orçamento elaborada pelo CEI, ficou registrada a condição de que, até 15 dias antes da Conferência, fosse possível informar o número efetivo de participantes, caso as confirmações de delegados não atinja o número previsto.
- Sabendo-se que, em âmbito Nacional e Estadual, estamos em um momento de recessão, o CEI elaborou uma solicitação de compras, eliminando todas as despesas não essenciais, tais como: camisetas, bolsas, folders e ainda não medimos esforços para buscar uma Conferencista de referência nacional que não cobrasse pelo seu trabalho, o qual, diga-se de passagem, teria um alto custo, dada sua experiência e notório saber sobre a pessoa idosa.
- Quanto à Relatoria, o CEI entende que ela deverá ser realizada por técnicos contratados, capacitados e responsáveis por um trabalho qualificado, levando em conta a extrema importância desta etapa, que é a materialização dos resultados da Conferência Estadual. Ressalta-se que este conteúdo será enviado ao Conselho Nacional dos Direitos do Idoso com as impressões dos resultados conferidos pelo Estado de Santa Catarina e pelo Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina no que diz respeito à Política do Idoso. A qualidade da Relatoria refletirá o retrato de Santa Catarina.
- A Etapa Municipal das Conferências vem ocorrendo desde o segundo semestre de 2014, e cerca de 60% dos Municípios e Regionais já realizaram esta etapa ou estão prontos para realizar, sendo inviável alterar, neste momento, o número de delegados e participantes.
- O Conselho não se furta em aceitar a revisão dos gastos, mas reitera que desde 2014 vem alertando esta Secretaria sobre a Conferência em 2015. Considerando que esta Gestão assumiu em fevereiro de 2015, já no início de março procurou a SST para tratar das questões relativas às Conferências. **A Resolução Conjunta 001, que convocou as conferências nos moldes previstos, foi assinada por V.Exa., em 13/04/2015, e publicada no DOE em 17/04/2015.**

Frente às questões levantadas, a Comissão de Organização das Conferências do CEI/SC encontra-se à disposição para efetuar as possíveis mudanças necessárias, tais como: licitações conjuntas, conferência no modelo da Etapa Nacional, desde que seja garantida a fácil mobilidade, a acessibilidade, e que a qualidade dos trabalhos seja preservada.

Informamos, contudo, que estas considerações partiram da Comissão de Organização das Conferências (da qual esta Presidente faz parte), sem terem sido submetidas à Plenária do CEI, cuja reunião será apenas dia 30/06. Trata-se, portanto, de uma decisão *ad referendum* da Plenária do Conselho.

Atenciosamente,

Edléia Rosa Schmidt
Presidente CEI/SC